

# editorial

[Operação Produção]

N. 20/6/83

## Crescer harmonioso do campo e da cidade

Em volta das cidades do Terceiro Mundo instala-se gerlamente, cinturãs de miséria, bairros povoados de subempregados e de marginais.

Este congestionamento das cidades resultou, invariavelmente, do afluxo descontrolado de camponeses atraídos pela ilusória possibilidade de encontrarem melhores meios de vida.

No caso dos países onde ocorreu uma independência fictícia e não se rompeu verdadeiramente o cordão umbilical da dependência e da dominação, esta herança das cinturãs de miséria, em redor das cidades, preservou-se. Na realidade, a superação dessa herança exigia transformações profundas no conjunto dessas sociedades. O espaço hierarquizado de acordo com a hierarquia da fome e da miséria subsistiu como característica de sociedades capitalistas subdesenvolvidas e dependentes.

A urbanização ordenada de um país exige condições políticas determinadas, a adopção de um crescimento económico planificado e centralizado. Estas condições estão preenchidas na República Popular de Moçambique. No nosso país a construção do socialismo possibilita (e simultaneamente obriga) a resolução do problema do desenvolvimento equilibrado do campo e das cidades.

Os nossos centros urbanos ressentem-se ainda da presença de um grande número de improdutos. O peso destes indivíduos desempregados ou marginais faz-se sentir negativamente em todos os domínios da vida urbana: na distribuição de comida, de habitação, na prestação de assistência médica e escolar, na manutenção da ordem e da tranquilidade.

As nossas cidades não estão preparadas para receber mais gente proveniente do campo. Não existem infra-estruturas produtivas para absorver sequer aqueles que, anarquicamente, se deslocaram para as cidades.

Urge deslocar dos centros urbanos, dezenas de milhares de cidadãos que em nada contribuem para a sociedade mas que dela recebem (por vias quase sempre ilícitas) meios para subsistirem.

A decisão da direcção do Partido Frelimo em limpar as cidades dos marginais, corresponde a um anseio

profundo de todos os que vivem do seu trabalho honesto e que vêem injustamente repartida a riqueza social que produziram. Os desempregados, os marginais consomem sem produzir. Ocupam-se de expedientes e, em alguns casos, recorrem ao roubo e ao crime. São fonte de instabilidade e intranquilidade.

São eles que mais tempo dispõem para permanecer nas bichas.

O lugar na bicha passou a ser para o marginal uma possibilidade de lucro, um investimento rentável. Estão na bicha não porque necessitem do produto posto à venda mas porque entre a compra e a revenda instalam a candonga, sua maneira de viver.

A solução profunda destes problemas não está num mais aperfeiçoado policiamento das cidades. As medidas anunciadas vão à raiz do problema: é necessário disciplinar o afluxo de gente do campo para a cidade e resolver os desajustamentos provocados pela anterior migração descontrolada.

O êxodo rural não é uma questão que perturbe apenas a vida nas cidades: é um problema que coloca em perigo o equilíbrio do conjunto da sociedade moçambicana. Esta corrente humana que desemboca diariamente nas cidades, limita seriamente o nosso crescimento económico e social. Porque é no campo (que assim se despovoou) que está a saída para a integração desta mão-de-obra potencial. As zonas rurais, palco dos pequenos e grandes projectos, é o centro de gravidade do crescimento da nossa economia.

A revitalização e crescimento das zonas verdes, o impulso à agricultura cooperativa, familiar, estatal e privada criam novos postos de trabalho. Em alguns casos, verdadeiras comunidades urbanas vão nascendo no campo.

Não se trata, portanto, de transferir geograficamente o problema do desemprego e da marginalidade. Trata-se de o resolver pela base, respondendo aos interesses profundos dos trabalhadores moçambicanos, de todos os que vivem do seu trabalho honesto, dos produtores da riqueza que pretendem que essa riqueza cresça e que seja distribuída de uma forma mais justa, da forma que é exigida pelos princípios da justiça socialista por que nos regemos.